

Governo comete erro no projeto do Orçamento da União

Jamil Bittar — 8/11/89

Madalena Rodrigues

BRASÍLIA — O governo cometeu um erro no Orçamento para 1992, já enviado ao Congresso para votação. Desrespeitando o Artigo 28 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Orçamento Geral da União não especifica quanto será destinado a cada estado e município em recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), que contará com US\$ 1,3 bilhão. “Ao generalizar as dotações, o governo descumpra a LDO e abre um espaço perigoso para a distribuição de recursos segundo critérios pouco ortodoxos, o que será ainda mais grave num ano em que haverá eleições municipais”, denunciou o vice-líder do PSDB, deputado Paulo Hartung (ES). O secretário de Planejamento, Pedro Parente, verifi-

cou a denúncia e admitiu o erro. “Vamos conferir novamente, e se for isso mesmo, enviaremos uma nova mensagem ao Congresso”, previu.

Depois de esquadrihar os números com sua assessoria técnica, Hartung concluiu que não só nos recursos do SUS, mas também em outros itens do Orçamento, o governo omitiu o detalhamento por estados e municípios. São US\$ 693 milhões para a construção de Centros Integrados de Assistência à Criança (Ciacs) e US\$ 1,033 bilhão para programas habitacionais e saneamento básico. O argumento de Hartung é que a LDO também determina o detalhamento dessas verbas destinadas à área social, igualmente expostas a interesses político-eleitorais.

Rombo — Nos gabinetes do PSDB e do PMDB choveram críticas aos números do Orçamento. Paulo Hartung e César Maia (PMDB-RJ) apontaram o que consideram uma grave discrepância nas cifras da Previdência Social: o governo está subestimando os pagamentos de benefícios previdenciários para o próximo ano, afirmam, e o resultado será um “rombo” de US\$ 5 bilhões a US\$ 6,2 bilhões na Previdência. “Surpreendentemente, o governo propôs, para o ano que vem, uma dotação 21% menor que a deste ano, o que representa uma redução real (descontada a inflação) de US\$ 5,2 bilhões”, adverte Hartung.

O vice-líder do PSDB lembra que o próprio governo prevê um aumento de gastos adicionais da ordem de US\$ 1 bilhão, em 1992, com a entrada em vigor

dos novos benefícios determinados pela Constituição, o que elevaria o rombo da Previdência à astronômica cifra de US\$ 6,2 bilhões. Na defensiva, o secretário Pedro Parente diz que não dá para comparar o Orçamento da Seguridade deste ano com o do ano que vem. Em 1991, segundo o secretário, o Orçamento da Previdência foi superestimado pelo próprio Congresso e não vai ser totalmente cumprido. Na verdade, a Previdência gastará, este ano, 3,8% do PIB, sendo que o orçamento para 1992 representa 4,7% do PIB, argumenta.

No cipoal de números do Orçamento, em que o Executivo e o Legislativo começam a duelar, há um ceticismo comum. Ambos duvidam de que o governo

conseguirá uma arrecadação adicional de impostos de Cr\$ 2,7 trilhões no ano que vem. Essa massa de tributos resultaria de esforço da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional para cobrar daqueles que não costumam pagar impostos. Os economistas do Congresso, entre eles Hartung, Maia e até mesmo o ex-secretário da Receita Federal, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), não acham que esse dinheiro entre no caixa do Tesouro Nacional. Recordam que fracassaram, sistematicamente, todos os “esforços de arrecadação” prometidos em anos anteriores. O próprio governo duvida dessa façanha e, por precaução, listou no Orçamento quanto cortará de cada órgão público, incluindo Legislativo e Judiciário.



Parente: texto será revisto